

IGREJAS ASSEMBLEIANAS NO NORTE DO TOCANTINS: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Assembleianas churches in the North of Tocantins: process of implementation and construction of identities

Vasni de Almeida¹
Jean Carlos Rodrigues²
Maiza Pereira Lôbo³

Resumo

Nesse estudo sinalizamos para os aspectos históricos de implantação e consolidação de igrejas assembleianas no norte do estado do Tocantins, mais precisamente na cidade de Araguaína. Apontamos a diversidade de práticas e estratégias para a formação de igrejas. Sinalizamos para os discursos que embasam as práticas missionárias pentecostais assembleianas, as doutrinas e as bases bíblicas que legitimam as ações de fiéis para a configuração de um dos ramos pentecostais de maior visibilidade no estado do Tocantins. O estudo assume a abordagem histórica e cultural numa interface com a questão da identidade, pois se trata de conhecer a organização de um grupo religioso que se constitui na diferenciação aos demais grupos religiosos e em seus conflitos internos.

Palavras-chave: Religião. Política. Pentecostalismo. Igrejas Assembleianas.

Abstract

In this study we signaled to the historical aspects of foundation and consolidation of assembleianas churches in the North of Tocantins State, more precisely the city of Araguaína. We point out the diversity of practices and strategies for the formation of churches. We signaled to the discourses that underlie the Pentecostal missionary assembleianas practices, the doctrines and biblical bases that legitimize the actions of the faithful to the setting the Pentecostal branches with greater visibility in the state of Tocantins. The study takes the historical and cultural approach with one interface with the question of identity. We want to know how was the organization of the religious group that was constituted through the differentiation to other religious groups and through its internal conflicts.

Key Words: Religion. Politics. Pentecostalism. Assembleianas Churches.

Nosso propósito aqui é apontar para a configuração da Igreja Assembleia de Deus no norte do estado do Tocantins. Essa configuração passa pela compreensão do lugar social ocupado pelos pentecostais no campo protestante brasileiro, o que demanda conhecer o diferencial dessa igreja em relação às igrejas protestantes tradicionais. Essa diferenciação está posta logo no início da sua formação. Passa também por conhecer os esforços que seus

¹ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins / UFT, Campus de Araguaína: vasnialmeida@uft.edu.br

² Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins / UFT. Campus de Araguaína: jeancarlos@uft.edu.br

³ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins/ UFT, Campus Araguaína, bolsista PIBIC/CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Vasni de Almeida. Email: maizalobo_26@hotmail.com.

membros fizeram, ao longo de mais de cem anos, para que ela se tornasse, logo na primeira década do século XXI, a maior igreja do protestantismo brasileiro. Ao verificar a organização da Assembleia de Deus no estado do Tocantins, percebemos que no processo de implantação e consolidação sua identidade foi sendo constituída, ora no conflito com grupos religiosos de matrizes teológicas diferentes, ora nos próprios conflitos internos que a igreja enfrenta.

Diferenciando o protestantismo brasileiro

O Censo de 2010 aponta que os evangélicos somam 42.275.440 membros no Brasil. No estado do Tocantins são 318.776 e no município de Araguaína 36.308. O instituto divide esse grupo em três categorias: evangélicos pentecostais, evangélicos de missão e evangélicos pentecostais não determinados. De acordo com o IBGE, 60% dos mais de quarenta e dois milhões de evangélicos brasileiros pertencem à categoria de pentecostais, 18,5% pertencem aos de missão e os não determinados chegam a 21,8% (IBGE, 2010).

Com algumas diferenças pouco expressivas, os estudos sobre o protestantismo brasileiro apontam para duas categorias dentro desse campo. Na primeira estão os tradicionais, assim chamados por estarem vinculados, de alguma forma, às reformas religiosas instauradas por Martinho Lutero, João Calvino e Zwinglio, no século XVI. Entre esses estão os luteranos, anglicanos, episcopais, presbiterianos, batistas, metodistas e congregacionais. Esse grupo se subdivide entre os protestantes de imigração e os de missão. Os de imigração são integrados por luteranos e anglicanos. Recebem esse nome porque seu processo de instalação e organização no Brasil se deu pela necessidade de prestar serviços religiosos aos imigrantes alemães do sul e sudeste, bem como aos ingleses que se instalaram no sudeste e nordeste do País, na primeira metade do século XIX. Não organizaram igrejas e escolas para desencadear um processo de conversão entre brasileiros, mas para atender as famílias de imigrantes que reclamavam a ausência de clérigos e educadores para a execução de serviços como batismos, casamentos, ofícios fúnebres, catequização e alfabetização.

Já o protestantismo de missão é composto por presbiterianos, congregacionais, metodistas e batistas. Diferentemente dos luteranos e anglicanos, essas denominações vieram para o Brasil na segunda metade do século XIX para exercer atividades missionárias de conversão de brasileiros, ou seja, encetaram atividades para conseguir adeptos entre os cristãos católicos e também entre os indígenas e negros escravizados. É Mendonça (1990), quem utiliza a terminologia “protestantismo de missão” para agrupar essas igrejas. Para o autor, são igrejas de missão porque suas origens e expansão na sociedade brasileira estão

diretamente ligadas aos empreendimentos missionários das igrejas protestantes na América Latina no século XIX (1990, p. 31).

Na segunda categoria estão os pentecostais, composto por igrejas que se desvincularam das denominações do campo tradicional, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, ao longo do século XX. São chamadas de pentecostais porque assumem o batismo nas “águas” e no “Espírito Santo”, o que capacita seus membros a exercerem a glossolalia, o que quer dizer “falar em língua estranha”. Além do mais, seus cultos assumem maior expressão de emotividade, distante da liturgia racionalizada das igrejas tradicionais. A base bíblica e teológica para esse procedimento religioso se encontra no Novo Testamento da Bíblia Sagrada, mais precisamente no livro de Atos, capítulo 2, versículos 3 e 4 (BÍBLIA SAGRADA, 2000).

O pentecostalismo brasileiro, por seu lado, subdivide-se entre os pentecostais clássicos e os neopentecostais. No pentecostalismo clássico as principais igrejas são Congregação Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Quadrangular, Brasil Para Cristo e Avivamento Bíblico. No campo comportamental, ainda que no século XXI esteja em curso uma visível relativização, essas igrejas assumem a rigidez nos “hábitos e costumes”, ou seja, praticam o ascetismo, orientando seus membros a se afastarem dos prazeres considerados mundanos. Nas igrejas organizadas em bairros periféricos ainda é muito comum os fieis trajando vestimentas discretas, com poucos adereços. Entre as mulheres a orientação nesse quesito ainda é a modéstia.

Já o neopentecostalismo é composto por igrejas que se desvincularam das igrejas tradicionais e pentecostais clássicas a partir da década de 1960. Nesse grupo estão as igrejas Deus é Amor, Igreja da Graça, Universal do Reino de Deus, Internacional do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, bem como outras menores. O nome neopentecostal vem da ideia de que essas igrejas romperam com alguns ordenamentos, ritos e doutrinas dos grupos tradicionais e pentecostais. Entre as características que diferenciam os neopentecostais estão a pouca atenção dada à jurisdição sobre o controle de entrada e saída da membresia, ao sistema de catequese e à educação escolar.

Além disso, valorizam a prática e o discurso do “milagre”, se apropriam de discursos de religiões afro-brasileiras para se aproximar da linguagem religiosa popular. “Descarrego”, “amarrado”, “dominado”, são algumas expressões tomadas emprestadas das religiões de matriz africana, além de algumas expressões típicas do catolicismo popular, como “água-santa”. Todavia, o que mais diferencia os neopentecostais em relação aos demais grupos do

protestantismo é sua agressiva utilização dos meios de comunicação como forma de conseguir adeptos. Os programas televisivos de igrejas neopentecostais ocupam boa parte dos horários da madrugada das redes de televisão aberta no Brasil. Nesses programas exploram as curas, os milagres e promovem sessões de autoajuda, no sentido de atender principalmente a classe média brasileira. No que se refere à conduta, relativizam, em muito os códigos éticos e comportamentais dos fieis.

Origens do pentecostalismo brasileiro

O movimento pentecostal, segundo Duncan Alexander Reily, pode ser considerado como herdeiro do conceito de perfeição cristã, desenvolvido por John Wesley, fundador do metodismo, no século XVIII. A especificidade do movimento pentecostal, o que lhe dá a natureza religiosa tal como a conhecemos no século XXI, tem início na Escola Bíblica de Topeka, no estado do Kansas, nos Estados Unidos. Reily assim produziu a narrativa explicativa desse surgimento:

Nessa escola, Charles Parham defendia a ideia de que o falar em línguas era um dos sinais que acompanhavam o Batismo no Espírito Santo. Um discípulo de Parham, o pregador negro W. J. Seymour foi convidado para pregar na Igreja de tipo holiness da evangelista negra Nelly Terry, em Los Angeles, Califórnia. Pregando sobre At 2.4, Seymour declarou que Deus tem uma terceira benção além da santificação, a saber, o Batismo no Espírito Santo, acompanhado do falar em línguas. Nelly Terry, escandalizada, expulsou-o da sua Igreja! Seymour, porém, promoveu reuniões em outras partes da cidade e no dia 6 de abril de 1906 em uma reunião de oração à rua Azusa, n. 312, um menino de oito anos falou em línguas, seguido de outras pessoas. Foi o início formal do movimento pentecostal (1993, p. 367).

Ainda que discordando de alguns pontos específicos defendidos por Seymour acerca da santificação, justificação e Batismo no Espírito Santo, W.H. Durham, pastor de uma Igreja Batista de Chicago, aderiu à experiência de falar em “língua estranha”, o que muito colaborou para a difusão da nova prática religiosa no campo protestante. Os fieis de diversas igrejas dessa nova expressão de religiosidade, ainda que evitassem, nesse período inicial, formar uma nova denominação, passaram a ser chamados de membros da Igreja de Deus. De acordo com Reily (1993, p. 376), aos poucos a designação de Assembleia de Deus se popularizou. É desse ambiente de inovação teológica, se não original, porém com a sistematização do conceito de santificação como regra de fé e doutrina, que o pentecostalismo saiu de Chicago, nos Estados Unidos, para o Brasil. Duas igrejas são emblemáticas desse movimento missionário pentecostal no Brasil: a Igreja Congregação Cristã no Brasil e a Igreja Assembleia de Deus.

A Igreja Congregação Cristã no Brasil foi fundada por Luigi Francescon, um protestante italiano que migrou para os Estados Unidos em 1890, filiando-se à Igreja Presbiteriana de Chicago, berço do movimento pentecostal, como indicamos. Nessa cidade, conheceu e recebeu influências teológicas de W.H. Durham, pastor da Igreja Batista. Não demorou a assumir o Batismo no Espírito Santo e o consequente “dom de línguas”. Imbuído de fervor religioso, pregava em várias cidades dos Estados Unidos, entre elas Los Angeles e Nova York.

Em 1909, acompanhado de Giácomo Lombardi e Lucio Menna, Luigi Francescon parte de Chicago para Buenos Aires, Argentina, com a ideia de espraizar a mensagem pentecostal na América Latina. Em março de 1910, deixa Buenos Aires rumo a São Paulo, Brasil, cidade em que entra em contato com imigrantes italianos que frequentavam igrejas protestantes tradicionais. Depois de realizar algumas reuniões de oração em São Paulo, parte para a cidade de Santo Antônio da Platina, Paraná, onde, com a ajuda de imigrantes italianos, funda a primeira Igreja Congregação Cristã no Brasil (REILY, 1993, p. 369-373). Esse nome não foi dado à igreja organizada por Francescon no seu início. Somente na década de 1930 foi registrado o nome definitivo da denominação.

Francescon retornou a São Paulo ainda em 1910, onde insistiu na organização da igreja. Émile Léonard indica que os fieis arregimentados por ele, muito provavelmente, tenham saído dentre os católicos, presbiterianos e metodistas. É esse autor quem construiu uma das definições sociológicas mais clássicas sobre o pentecostalismo brasileiro em seus momentos iniciais:

Em todos os lugares onde aparece, o pentecostalismo apresenta-se como a forma “proletária” do protestantismo. Ao lado de comunidades e denominações mais antigas, aburguesadas ou em vias de aburguesamento, ele espanta por seu caráter muito mais popular. Esse caráter é mantido pela persistência e o crescimento de suas conquistas entre as classes menos afortunadas. No Brasil, o fato que as Congregações têm seu centro mais poderoso no grande polo operário de Sorocaba tenderia a dar, ao observador, uma aparência de denominação obreira (LÉONARD, 1988, p. 80).

Com o termo “denominação obreira”, o autor está se referindo a uma igreja composta basicamente por operários. Léonard indica que essa é apenas uma tendência, já que essa denominação cresceu muito nas áreas rurais do interior brasileiro (Idem, p. 80). A compreensão de uma igreja que se constituiu entre as camadas de trabalhadores de baixa renda, elaborada por esse autor na década de 1950, incentivou pesquisas com essa perspectiva nas décadas de 1970 e 1980.

A Igreja Assembleia de Deus, no Brasil, foi fundada por Daniel Berg e Gunnar Vingren, ambos suecos e convertidos à Igreja Batista da Suécia. Em 1902, Daniel Berg imigrou para os Estados Unidos, o mesmo acontecendo com Gunnar Vingren, em 1903. Nessa época, os dois ainda não se conheciam. Em 1909, participando da Igreja Batista de Chicago, a mesma de W. H. Durham, sobre a qual nos referimos anteriormente, os dois se conheceram. Nesse mesmo ano, por meio da experiência em cultos pentecostais, receberam o “dom do Espírito Santo”.

Em 1910, obedecendo a uma “revelação” os dois partiram para a cidade de Belém do Pará, Brasil, onde passaram a frequentar a Igreja Batista. Duncan A. Reily afirma que suas “práticas pentecostais resultaram em dissensões, e depois de algum tempo Berg e Vingren foram convidados a se retirar; saíram, levando dezoito membros da Igreja Batista com eles” (REILY, 1993, p. 371-372). Em 1911, iniciaram a organização das Igrejas Assembleias de Deus, que de Belém se espalharam para o restante do País.

Para Bertone de Oliveira Sousa, os suecos Berg e Vingren continuaram no poder da Assembleia de Deus durante as décadas de 1930. Na década de 1940, quando a igreja brasileira consegue sua autonomia, a principal liderança passa a ser Samuel Nyström, também um sueco. Para o autor, esse missionário exercia forte controle hierárquico na igreja. Entre os anos 1930-1948, Nyström exerceu um poder centralizado, “alijou as mulheres das deliberações convencionais, reafirmou a ortodoxia, expandiu o credo, deu à instituição as feições teológicas que possui até hoje e foi praticamente o único tutor dos pastores quando não havia seminários (SOUSA, 2011, p. 58)”.

A mesma perspectiva de LÉONARD (1988) sobre a Igreja Congregação Cristã no Brasil – a de uma igreja detentora de um discurso simples, de crer na centralidade na bíblia, de exercer o transe e a emotividade, é verificada na Assembleia de Deus. Esses fatores permitiram conseguir sua membresia principalmente entre as camadas populares. As pesquisas sobre as Igrejas Assembleias de Deus, iniciadas na década de 1960, ainda são orientadas pelas perspectivas de Émile Léonard. Vale lembrar que, no século XXI, essa denominação é composta de um emaranhado de tendências, ministérios e orientada por lideranças de diferentes concepções teológicas e políticas.

O pentecostalismo brasileiro contemporâneo é composto por dezenas de igrejas, entre as quais figura a Igreja Evangélica Pentecostal “Brasil Para Cristo”, fundada pelo missionário Manoel de Melo, ex-membro da Igreja Assembleia de Deus, em 1956. A Igreja

do Evangelho Quadrangular, clássica no pentecostalismo brasileiro, foi fundada por Harold Willians, em 1951.

O pentecostalismo no Tocantins

As igrejas pentecostais começaram a se fixar no antigo norte goiano, atual estado do Tocantins, na década de 1950. Por meio das estratégias características do protestantismo brasileiro, como os cultos domésticos, as escolas bíblicas dominicais, os cultos nas praças, a divulgação da Bíblia Sagrada, fincaram igrejas nos bairros de classe média das maiores cidades do antigo norte goiano, mas também estabeleceram inúmeras igrejas em bairros populares e nas zonas rurais.

De meados do século XX ao início do século XXI, contextualizado pela emancipação política e administrativa do norte goiano e criação do Estado do Tocantins, em 1988, pelo intenso processo de migração para esta unidade da federação e com o consequente aumento populacional nos municípios tocantinenses, o cenário religioso tocantinense se modificou de forma considerável. No quadro 1, apresentamos dados comparativos entre os números de católicos romanos e evangélicos no Brasil e no Tocantins, de acordo com os dados censitários de 2010, realizados pelo IBGE. Isso para construirmos um entendimento melhor acerca da presença de católicos e evangélicos no Estado do Tocantins.

QUADRO 1: População Residente, Católica e Evangélica – Brasil/Tocantins – 2010

RELIGIÃO		BRASIL	%	TOCANTINS	%
		POPULAÇÃO		POPULAÇÃO	
				190.755.799	100
Católica Apostólica Romana		123.280.172	64,62	944.467	68,22
Evangélicas	Evangélicas de Missão	7.686.827	4,02	48.931	3,53
	Evangélicas Pentecostal	25.370.484	13,29	223.503	16,15
	Evangélica não determinada	9.218.129	4,83	46.342	3,34
Outras		25.200.187	13,21	120.212	8,69

Fonte: IBGE (2010). ORG. RODRIGUES, Jean Carlos.

Pelo visto no quadro 1, o Estado do Tocantins possui um percentual de católicos romanos e de evangélicos pentecostais superiores à média nacional. Também se destaca nesta unidade da federação os números daqueles que se classificam como outras formas religiosas ou mesmo sem-religião: este grupo corresponde a 8,69% da população tocantinense, bem inferior aos 13,21% da média nacional. Entre os evangélicos tocantinenses, particularmente, os números do IBGE indicam a liderança expressiva dos “pentecostais” em relação aos “evangélicos de missão”, o mesmo ocorrendo no cenário nacional.

Em relação ao campo pentecostal, os dados do IBGE revelam o predomínio da Assembleia de Deus no estado do Tocantins, conforme quadro 2.

QUADRO 2: Evangélicos pentecostais no Estado do Tocantins - 2010

IGREJAS	MEMBROS
Assembleia de Deus	137.381
Congregação Cristã do Brasil	16.429
Quadrangular	12.874
Universal do Reino de Deus	11.218
Deus é Amor	8.079
Casa da Bênção	2.503
Brasil Para Cristo	897
Maranata	802
Comunidade Evangélica	101
Não determinada	132
Outras	33.039
TOTAL	223.503

Fonte: IBGE (2010). ORG.: ALMEIDA, Vasni de.

Quanto à cidade de Araguaína, cidade localizada no norte do Tocantins, os evangélicos estão representados conforme o quadro 3.

QUADRO 3: Evangélicos em Araguaína/TO - 2010

População de Araguaína em 2013	164.093
Categorias e igrejas / IBGE/2010	Quantidade de membros
Evangélicos de missão Luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas, congregacionais, adventistas, outras	6.319
Evangélicos pentecostais Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Brasil Para Cristo, Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Casa da Bênção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida, outras	24.270
Não determinada	5.719
Total de evangélicos em Araguaína	36.308

Fonte: (<http://cidades.ibge.gov.br>). Acesso em 05/03/2014).

Os assembleianos agregam perto da metade dos evangélicos na cidade, com 14.378 membros.

Os assembleianos no norte do Tocantins

Ainda em 1948 chegaram à região de Araguaína os primeiros assembleianos vindos de Tocantinópolis, TO, frutos do processo de evangelização do pastor Aramando Chaves Cohen, contudo, foi somente em princípios da década de 1950, antes da emancipação política de Araguaína, quando está ainda se constituía enquanto distrito, que a Assembleia de Deus se organizou institucionalmente, com templo e constituição de membros dirigentes. No relato de 1948, Cohen nos informa que;

Logo cedo partimos para ‘Lontra’ (hoje Araguaína), um pequeno vilarejo no município de Tocantinópolis, que ficava localizado no meio da mata de coco babaçu, com um agrupamento de casas todas de palha de babaçu, paredes e coberturas, só com apenas duas pequenas ruas. Lá residiam o irmão Antônio Silveira com sua família e mais alguns novos convertidos que batizamos. Celebramos a Santa Ceia do Senhor, aos irmãos e pregamos com muito ardor a bendita Palavra de Deus. Muitos aceitaram a Jesus como Salvador (COHEN *Apud* SILVA, 2006, p. 48).

Nesta época, a região vivia um contexto político e social de completo esquecimento, pois, em que pese o desenvolvimento de Araguaína ter acontecido “nas décadas de 1970 e 1980, à época da organização da Igreja Assembleia de Deus na região, na década de 1950 vivenciava um contexto bem diferente (ARRUDA, 2011, p. 20)”. Foi assim que em 1952 os missionários vindos de Tocantinópolis se organizaram como integrantes da Assembleia de Deus ministério CIAD-SETA⁴ em Araguaína. O relato do pastor Francisco Bueno de Freitas ilustra o cenário encontrado por eles.

Lancei mão da obra sem levar em contas (sic) as dificuldades da igreja. A carência da igreja era muito grande, a organização muito fraca, as escritas da igreja eram feitas em cadernos escolares, não havia energia elétrica, não havia serviço de som, tínhamos de pregar de viva voz nossa oração eram (sic) feita por candieiro a gás ou a querosene (FREITAS *apud* FREITAS, 2008, p. 81).

Existia na região, segundo Pereira (2006), uma elite local constituída por fazendeiros, políticos e comerciantes locais, entretanto, a maior parcela da população era composta por profissionais liberais e trabalhadores assalariados, que trocavam sua força de

⁴ Conversão Interestadual das Assembleias de Deus - Serviço de Evangelização em Terras dos rios Tocantins e Araguaia.

trabalho, no campo ou na cidade, como forma de garantir a sobrevivência de sua família. Como é da tradição pentecostal, a membresia da Assembleia de Deus em Araguaína constituiu-se com pessoas simples que compunham os setores menos abastados da sociedade, afinal, “de caráter essencialmente proselitista, a erudição não era necessária para a compreensão de sua doutrina, favorecendo a identificação dos fundadores com os grupos mais pobres (SOUSA, 2011, p.50)”. De acordo com Pereira (2006);

Foi da massa de imigrantes nordestinos e de outras partes do Brasil, sejam empregados no campo ou na cidade e até mesmo os desempregados, que foi formado o grupo de fiéis da Assembleia de Deus do Ministério SETA na sua maioria composta por empregadas domésticas, lavradores, pedreiros, em suma pessoas simples e humildes que viram na religião uma esperança e uma saída para os problemas insolúveis em virtude da extrema pobreza (PEREIRA, 2006, p.38).

Isso em grande parte se deve ao fato de que ao chegarem aqui se depararam com uma Igreja Católica consolidada sob o comando dos dominicanos, que já haviam arrebanhado para sua fé grande parte dos moradores desta localidade. Deste modo, ao instalar-se em Araguaína, os assembleianos iniciaram suas atividades com uma porcentagem pequena de fiéis, restringindo suas atividades a cultos domésticos e pequenas reuniões. Nesse sentido, de acordo com Silva (2006), foi importante para a expansão evangelística da Assembleia de Deus, fazer uso de outros mecanismos e estratégias de crescimento. Por intermédio de suas lideranças, utilizou-se de cinco maneiras distintas de divulgação de suas crenças “entrega de panfletos e folhetos, evangelismo pessoal, cruzadas de evangelização, mídia e cultos na Igreja (SILVA, 2006, p. 49)”.

Como dito anteriormente, a Assembleia de Deus ministério SETA instalou-se em Araguaína no início da década de 1950, trinta e nove anos após a fundação do primeiro templo em Belém do Pará, em 1911. A vinda desses religiosos para essa região estava inserida no plano de expansão da denominação para outras partes do território brasileiro. De acordo com SOUSA (2011) “a partir da década de 1940, a Convenção decide incentivar seus missionários a pregar e abrir igrejas pelo interior do país (...), deveriam visar ao crescimento da obra, não colocando as dificuldades financeiras como obstáculos à expansão da igreja (SOUSA, 2011, p.58)”. Ainda conforme SOUSA (2011), a vinda do pastor Cohen para essa região fazia parte da expansão para as regiões adjacentes aos rios Tocantins e Araguaia, organizada pela igreja de Belém, em 1950. Foi a partir deste processo que chegaram aqui e se depararam com outra religiosidade e com hostilidades próprias da disputa por poder e territórios.

No entanto, os assembleianos não só foram vítimas de hostilidades, como também hostilizaram. De acordo com PEREIRA (2006), quando a construção do templo da Assembleia de Deus estava em fase final, o Ministério Madureira⁵ implantou uma igreja nesta mesma localidade, isso culminou com o afloramento de um cisma antigo entre o SETA, grupo ligado a Convenção Geral da Assembleia de Deus, e o Ministério Madureira, grupo que divergia da forma administrativa da Convenção, e que acreditava ser a sua igreja a única AD verdadeiramente brasileira. O Ministério Madureira considerava as outras como ‘igrejas de missões’ devido à atuação dos missionários suecos (SOUSA, 2011). Essas desavenças administrativas acarretou a expulsão do Ministério Madureira da Convenção Geral, pois, a CGADB⁶ mantinha o monopólio das convenções a ela filiadas, e proibia a essas instalarem-se onde já havia AD (SOUSA, 2011).

Por causa desse impedimento, a instalação de um templo da AD Madureira em Araguaína foi entendido como ofensa pelo ministério SETA e seus integrantes. O Ministério SETA iniciou uma verdadeira ofensiva contra seus oponentes, promovendo confrontos que perduraram por dois anos até a expulsão do ministério Madureira. O clima de tensão pode ser notado no relato do pastor Francisco Buenos de Freitas, que orgulhosamente informa que ‘com dois anos de luta, a convenção do ministério da Madureira mandou-me entregar o pastor rebelde com todos os crentes que o acompanhavam. Houve paz de Deus para a Assembleia de Deus de Araguaína (FREITAS apud PEREIRA, 2006, p. 41)’. Contudo, o embate entre esses ministérios não ficou restrito a esse episódio. A partir de 1966, o Ministério SETA estabelece o processo de consolidação da igreja no território de Araguaína, e com isso, novas formas de combate aos integrantes do ministério Madureira e a possível implantação de um novo templo.

Mas, ao contrário do que possamos imaginar, as cisões não se restringiram ao embate com o ministério Madureira. Embora compartilhando o mesmo sistema de crenças e símbolos, na inspiração da Bíblia Sagrada, salvação da alma, redenção eterna e na crença num único Deus manifesto na Trindade (Pai, filho e Espírito Santo), as contendas internas afluíram. Mesmo que o CIADSETA se oriente pelas regras da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, e, portanto pouco diferente de seus costumes, doutrinas e credo de fé, não é incomum algumas divergências entre os assembleianos.

⁵ A Assembleia de Deus de Madureira foi fundada em 1929 por Paulo Leivas Macalão. Inicialmente esteve ligada à Igreja Matriz de São Cristovão, liderada por Gunnar Vingren. Este qualificou Macalão de ‘independente’ porque batizava as pessoas sem lhe comunicar (SOUSA, 2011, p. 63).

⁶ Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

Eles divergem, por exemplo, quanto ao modo apropriado de administrar a congregação, e isso, proporcionou consequências sérias no interior da instituição SETA. Como nos informa SILVA (2006), a organização administrativa da AD é um misto entre o sistema episcopal (administrado por um bispo, ou pastor), e o sistema congregacional (onde cada congregação local é independente e que possui autonomia para sua própria reflexão teológica e expansão missionária), havendo desavenças entre os membros que preferiam um a outro sistema. Essas discrepâncias não ficaram limitadas ao campo discursivo, chegando quase às vias de fato (ARRUDA, 2011). Em um dos episódios de confronto, tamanha foi a violência imposta que se tornou “necessária a intervenção da Polícia Militar, que consequentemente teve que conduzir várias pessoas à Delegacia de Polícia para registro de ocorrências. O conflito foi parar na justiça comum, que fez a divisão de bens e patrimônios do SETA, num clima de hostilidade e disputa ferrenha (ARRUDA, 2011, p. 24)”.

Foi desta cisão, em 2000, que originou a formação de dois ministérios independentes, um formado pelo Conselho das Assembleias de Deus do Estado do Tocantins (CADETINS), que mais tarde passou a ser nomeada como Evangélica Assembleia de Deus em Araguaína, TO (IEDA-TO), mas continua filiada a CADETINS, e o outro o Ministério Conversão Interestadual das Assembleias de Deus - Serviço de Evangelização em Terras dos rios Tocantins e Araguaia (CIADSETA). ARRUDA (2011), nos informa que o “SETA é conhecido como um ministério mais tradicional, avesso às mudanças doutrinárias e litúrgicas, já o CADETINS é tido como um ministério mais liberal, ou seja, agrega igrejas que inova suas liturgias, sem, contudo, abrir dos fundamentos básicos assembleianos (p.24)”.

Quanto à estrutura hierárquica adotada, não há grandes dissonâncias, os dois ministérios organizam-se verticalmente, tendo como ponto central a igreja-sede, a partir da qual é deliberada questões tais como a instalação de congregações e pontos de pregação. Assim, “cada ministério é constituído pela igreja-sede com seus respectivos filiados, congregações e pontos de pregação (SILVA, 2006, p.42)”. Os pastores e administradores são escolhidos através de um processo que tem como base a estrutura hierárquica e burocrática, “o primeiro ministro se reúne apresentando o nome daquela pessoa [que pretende pleitear o cargo de obreiro], após, o ministério vai deferir, ou não, o nome do pretendente (SILVA, 2007, p. 44)”. É importante frisar que esta é apenas uma das etapas pela qual os pretendentes a cargos de relevância passarão, pois existe todo um processo de análise dos textos sagrados para verificar a compatibilidade da pessoa para com o cargo.

Na Assembleia de Deus não cabe às mulheres a composição de cargos de relevância no que tange a administração das congregações. Elas ficam relegadas as funções relativas à liderança dos “departamentos de juventude, líderes do círculo de oração (departamento de mulheres), além de acumularem as tarefas de professoras nas Escolas Bíblicas Dominicais (SILVA, 2006, p. 43)”. As mulheres não tem “poder de deliberação no tocante às questões de doutrina, ficando restritas apenas à condição de espectadoras como esposas de pastores”.

Desde o início de seu surgimento no Brasil, a estrutura de poder na AD foi predominantemente patriarcal (SOUSA, 2011, p.56)”. Não percebemos nas denominações de cunho pentecostal, tais como a AD, os reflexos do alargamento da atuação feminina proporcionada pelo protestantismo tradicional, embora as mulheres de algumas denominações do protestantismo tradicional, tais como batistas, não possam ocupar cargos de reverendas e diaconisas. Elas apenas formam um contingente significativo como “formadoras de opinião, por estarem diretamente ligadas aos processos de formação doutrinária de crianças, jovens e adolescentes e de outras mulheres (ALMEIDA, 2006, p.57)”. Por mais que a concepção protestante missionária em torno do gênero feminino não tenha mudado totalmente, abriu-se um leque de possibilidades às mulheres, mesmo que os papéis dedicados a elas ainda sejam de natureza discreta e controlada. Mesmo com o controle imposto a participação efetiva das mulheres enquanto sujeitos, e não apenas espectadoras e reprodutoras das práticas, desde sua instalação até os dias atuais, a AD passa por ondas significativas de crescimento.

SILVA (2006), afirma que “em 2000, a denominação contava com 22 congregações locais, com aproximadamente 4.000 fiéis (membros e congregados). Até 2005, já somava 50 congregações e mais de 6.000 adeptos, conforme números passados pela própria denominação (2006, p. 49)”. Um aumento considerável de fiéis num espaço de cinco anos. O que infelizmente não fica claro nas fontes analisadas é se esses números dizem respeito apenas ao ministério CIADSETA, ou os números se aplicam a todas as congregações fixadas no território de Araguaína. Dos 164.093 mil moradores residentes em Araguaína, no Censo de 2010, 24.270 se declaram evangélicos de denominações pentecostais, dentre esses, 14.378 se declararam membros da Assembleia de Deus⁷.

Como instituição que está permanentemente em estado de crescimento e produtora de símbolos e identidades, a AD corroborou para algumas modificações no território araguainense. Em outros locais suas ações são reconhecidas pelo cunho assistencialista, tal

⁷Informações retiradas do site do IBGE, Censo Demográfico 2010 disponíveis no link: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=170210&idtema=91&search=tocantins|araguaína|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao-> acessado dia 20 de fevereiro de 2014.

como explica SOUSA, (2011). Esse autor nos informa que em Imperatriz, MA, a Ieadi realiza distribuição de cestas, mutirão para construção de moradias, prestação de serviço: corte de cabelo, distribuição de roupas, remédios e serviços médicos. Já em Araguaína, o destaque fica por conta do envolvimento dos assembleianos com a educação. Em 1975 fundam a ASPA (Assistência Social Pentecostal de Araguaína), quando a região pertencia ao norte goiano, e vivia às margens do desenvolvimento verificado na parte sul do estado de Goiás. Nesse cenário, a educação escolar era algo escasso. Além das poucas escolas públicas, a maioria das escolas em funcionamento no norte goiano foram organizadas por instituições religiosas, tais como os batistas, que fundavam escolas em cidades que margeavam os rios Tocantins e Araguaia, e a Igreja Católica, que há muito fincava instituições educacionais na região.

Fundada sob a administração do Pastor Francisco Bueno de Freitas, durante a segunda fase de consolidação da AD⁸ em Araguaína, a ASPA pretendia “amparar crianças carentes, principalmente filhos da membresia da igreja (ARRUDA, 2011, p. 27)”. Atendia, por meio do convênio com o Projeto Cultural da Criança, com ajuda do financiamento da Visão Mundial, cerca de 300 crianças, para as quais oferecia “alimentos, aulas, educação religiosa e outros cuidados especiais, como: tratamento médico e higiênico (SILVA, 2008, p.84)”. Ainda de acordo com SILVA (2008), “a preocupação maior era ajudar os pais na educação dos filhos, preservar a fé cristã e tira-los da rua e amenizar um pouco a situação alimentar na época era muito precária (p.84)”.

A ASPA também auxiliou na implantação da Escola Batista Margarida Lemos Gonçalves, em Araguaína, atualmente gerenciada pela Primeira Igreja Batista de Araguaína. Em 1995 e 1996, quando esperava autorização do governo do estado para iniciar o funcionamento, a escola esteve sob a jurisdição da ASPA. Atualmente, devido à expansão da educação escolar pública no Tocantins, a instituição já não conta com tanto prestígio, e funciona com um número reduzido de crianças, cerca de 140 distribuídas do 1^a à 7^a série dos anos iniciais.

Ao trabalhar a implantação da AD em Imperatriz, SOUSA, (2011), explica-nos que a AD é uma instituição construtora de identidade, e que essa construção se deu, e se dá, na relação estabelecida entre populações e temporalidades diferentes. Informa-nos, também, que

⁸ A Primeira fase da AD em Araguaína vai de início da década de 5^o até o ano de 1966, fase de grandes dificuldades e conflitos. Pouca expansão e reduzido número de fiéis e templos.

A segunda teve início em 1966 e marcou um momento mais próspero financeiramente, elevação no número de convertido, expansão da obra para povoados vizinhos e maior ênfase no combate contra rebeldes (ver PEREIRA, 2006).

esse processo está diretamente relacionado a situações de conflitos e perda de referências, afinal “a AD atuou como propagadora não apenas de uma nova religião, mas de referências de vida dos quais ela, como instituição, se tornou o suporte e a razão de ser (SOUSA, 2011, p.72)”. As considerações desse autor podem ser aplicadas aos assembleianos de Araguaína. Isso fica bem claro na resposta dada pelos assembleianos quando questionados sobre o porquê de pertencerem a tal denominação:

[Estamos na Assembleia de Deus] por crer que é a igreja que ainda mantém de pé os principais pontos doutrinários das sagradas escrituras, e que onde fui criado e aprendi a viver conforme os princípios cristãos. (...), o evangelho nos traz um brilho novo para nossa vida, o evangelho faz a transformação e a diferença, pois é o poder de Deus para a salvação (SILVA, 2008, p.90).

Acreditamos que a construção de identidade está diretamente ligada ao processo discursivo, afinal, os discursos são construídos pela institucionalização de suas crenças e práticas, que, outorgadas pelo respaldo proporcionado por sua forma organizacional, construiu através do trabalho de seus membros a ideia de pertencimento e afinidades. O discurso, essa prática de linguagem que se movimenta e constrói símbolos⁹, também altera realidades e forja identidades, afinal, “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2005, p.15)”, e isso podemos constatar no que diz respeito à formação religiosa dessas pessoas que acreditam ser a prática do evangelho o mecanismo ideal para “garantir a salvação, servir de exemplo para os que ainda não praticam, e por que o evangelho é a regra de fé e conduta de todos os evangélicos e além de desenvolver um papel muito importante nas áreas social, moral e ética (SILVA, 2008, p.90)”.

À guisa de considerações finais, podemos afirmar que, como toda identidade, o pertencimento institucional religioso, seja pentecostal, neopentecostal, ou outro qualquer, é uma forma de produzir referências que atribuam sentidos e significados à vida do sujeito que crê. A partir desta produção, o mundo passa a ser concebido entre aqueles que creem e aqueles que não creem, sendo esses últimos passíveis da prática de conversão e, conseqüente, salvação. Isto constitui um campo de poder extremamente forte e capaz de produzir conflitos e disputas no campo religioso pelo domínio da territorialidade da fé.

Desta forma, identidade também é política, no sentido de produzir formas de interpretação das questões da vida cotidiana. Não são raros os embates políticos sobre questões que afetam a vida social como um todo nos quais os argumentos de defesa ou crítica de teses, ideias e ações sejam construídos por signos do universo religioso. Assim, as

⁹ Entendemos discurso a partir da concepção de ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. Fontes: São Paulo, 2005.

concepções bíblicas construídas no campo da fé saem da vida privada das casas dos “crentes” e de seus templos religiosos e ganham a vida pública, ocupando espaços nos quais as decisões da vida pública são tomadas, como Congresso Nacional, por exemplo, com forte atuação das bancadas evangélicas e católica, que ora se agridem e ora se aliam para debates e votações nas quais seus princípios de vida ética estejam em perigo, como situações que envolvam aborto, pena de morte e homossexualismo.

Assim, religião, identidade e política formam uma tríade complexa onde não é muito fácil discernir uma coisa ou outra na medida em que estão entrelaçadas. O discurso religioso, seja nos templos, nas calçadas ou no congresso cria mais do que um ato de fé e louvor, mas também uma forma de ver e intervir no mundo sobre os princípios que os sujeitos que creem acreditam ser o “verdadeiro”, interferindo em decisões importantes na vida pública que afetam não apenas os “crentes”, mas a sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Bianca Daéb's Seixas. **Uma história das mulheres batistas soteropolitanas**. Dissertação. Salvador: UFBA, 2006.

ARRUDA, Dionísio Pereira de. **Leituras históricas sobre o serviço de evangelização Tocantins/Araguaia (SETA) em Araguaína**: conflitos e estratégias de interação social de uma igreja pentecostal Assembleia de Deus. Monografia. Araguaína:UFT, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 200

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).(<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas>. Acesso em 05/03/2014).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=170210&idtema=91&search=tocantins|araguaia|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao>. Acesso em 20/02/2014.

LÉONARD, Émile-G. **O iluminismo num protestantismo de constituição recente**. São Bernardo do Campo, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1988.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa, VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6 ed. São Paulo: Fontes: 2005.

PEREIRA, Jerse Vidal. **O pentecostalismo em Araguaína: as estratégias de consolidação da Assembleia de Deus do Ministério SETA**. Monografia. Araguaína: UFT, 2006.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1993.

SILVA, Diogo Pereira da. **Batizado nas águas e no Espírito Santo: inovações da Assembleia de Deus no campo protestante brasileiro**. Monografia. Araguaína: UFT, 2006.

SILVA, Hilário Fernandes da. **Assembleia de Deus no Estado do Tocantins: Um enfoque geográfico do movimento pentecostal tocantinense**. Monografia. Araguaína: UFT, 2008.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas: a Assembleia de Deus em Imperatriz, MA**. Imperatriz: Ética, 2011.